

REVISTA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA

Volume 6 – Maio 2018 – ISSN 2318-2253

Periodicidade semestral

Revista do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE, Brasília, DF.

Conselho editorial

Amanda Flávio de Oliveira

Ana de Oliveira Frazão

Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo

Celso Campilongo

Diogo Coutinho

Edmond Schlumberger

Eduardo Frade Rodrigues

Eleanor Fox

Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo

Ivo Gico Junior

Laurence Idot

Marcio de Oliveira Júnior

Paula Forgioni

Saulo Casali

Vinicius Marques de Carvalho

William Kovacic

Coordenação editorial

Paulo Burnier da Silveira

Noemy Cabeleira de Araújo Castro Melo

Pablo Reja Sánchez

Victor Oliveira Fernandes

Correspondência redatorial

Revista de Defesa da Concorrência

SEPN 515 Conjunto D, Lote 4, Ed. Carlos Taurisano

CEP 70770504 – Brasília, DF

E-mail: revista@cade.gov.br

Sumário

Apresentação	3
A atuação do Ministério Público Federal junto ao CADE	5
O combate aos cartéis por meio da responsabilização civil e o desafio da quantificação dos danos.....	24
Private Enforcement de Cartéis no Brasil: O Problema do Acesso à Prova.....	55
O critério de dosimetria aplicada aos cartéis: o exemplo do cartel no mercado de <i>Gas Insulated Switchgear</i>	88
Grupos de compras: cooperação ou colusão?.....	120
Qual a contribuição da Teoria dos Jogos para os programas de leniência? Uma análise aplicada ao contexto brasileiro	156
<i>European Commission v. Google Inc.</i> : lições sobre a responsabilidade especial do agente econômico dominante.....	173
Novos Trustes Na Era Digital: Efeitos Anticompetitivos Do Uso De Dados Pessoais Pelo Facebook.....	198
Cooperação e Concentração: o empreendimento comum e a nova disciplina dos contratos associativos.....	232

Apresentação

A Revista de Defesa da Concorrência (RDC) chega ao seu sexto ano, renovando o compromisso de veicular artigos científicos de referência que mobilizem a comunidade acadêmica e profissional em torno de discussões atuais sobre o antitruste. A importância do periódico tem se refletido tanto na sua qualificação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que atribuiu à revista o selo Qualis B1, quanto no alto grau de impacto do periódico em publicações correlatas à área.

A presente edição traz nove artigos sobre temas diversos relacionados à defesa da concorrência.

O artigo inaugural faz um panorama da atuação do Ministério Público Federal (MPF) junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), destacando a relevância da atuação do *Parquet*, no exercício das suas funções institucionais, para o funcionamento do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC).

O segundo artigo aborda os desafios do combate aos cartéis por meio da responsabilização civil, explorando as dificuldades de aplicação de métodos que permitam uma quantificação adequada dos danos produzidos pelos conluios. Nesse mesmo terreno, o terceiro artigo também discute o *Private Enforcement* de cartéis no Brasil. O texto apresenta um rico debate sobre a questão do acesso a provas produzidas em sede de Acordos de Leniência e de negociações de Termos de Compromisso de Cessação (TCC) por parte das vítimas do cartel, assunto que tem sido controvertido no judiciário brasileiro.

O quarto artigo discute o método de cálculo de multas e de contribuições pecuniárias utilizado pelo CADE em investigações de cartéis, a partir do estudo de caso do Termo de Compromisso de Cessação (TCC) firmado no âmbito de investigação de conduta colusiva no mercado de *Gas Insulated Switchgear – GIS*.

O quinto artigo propõe uma avaliação do programa de leniência brasileiro a partir da literatura econômica relacionada à Teoria dos Jogos. O texto explora como a garantia de imunidade aos leninentes, a recompensa ao delator e a imunidade em relação aos danos dialogam com os aportes dessa teoria.

O sexto artigo aborda os limites da licitude de grupos de compra, cujas características essenciais – união de concorrentes para negociação conjunta de insumos ou outras condições

de contratação – podem aproximá-lo da formação de carteis. A partir da exploração da doutrina especializada e da experiência comparada, o artigo apresenta as principais variáveis que devem ser consideradas quando da análise da licitude de um grupo de compra pelo CADE.

O sétimo e o oitavo artigo tratam da aplicação do antitruste no contexto da Economia Digital. O sétimo aborda o caso *European Commission v. Google Inc.*, examinando o conceito de responsabilidade especial dos agentes econômicos dominantes definido a partir da jurisprudência comunitária europeia. Já o oitavo investiga como a política de uso de dados de redes sociais pode impactar a concentração de poder econômico e como o Direito Antitruste pode reagir a essa questão.

Por fim, o último artigo averigua a delimitação do conceito de contrato associativo à luz da Resolução nº 17/2016 do CADE para fins de conformação do controle de estruturas. O estudo examina como alguns casos analisados pela autoridade antitruste após a publicação da referida resolução podem ser relevantes para delinear o novo entendimento da autoridade sobre esta modalidade de ato de concentração.

Considerando a relevância dos temas aqui tratados, é com imenso entusiasmo que a presente edição é trazida a público, com a certeza que cumprirá a missão de provocar e animar o interesse investigativo dos seus leitores.

Boa leitura a todos.

Alexandre Barreto de Souza